

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Distribuição gratuita
Publicação Bimestral

N.º 125
Março | Abril 2025
Directora: Adélia Vilas Boas

Voz da Terra

ACORDO COMERCIAL UE-MERCOSUL: RAZÕES PARA SER REJEITADO PELOS AGRICULTORES



CADERNO TÉCNICO
**O ACORDO COMERCIAL
UE-MERCOSUL**

Co-financiado por:
PDR 2020 PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



AGRO SUMÁRIO

- .03 EDITORIAL**
Enfrentar as crises do comércio internacional com relocalização da produção
- .04 DESTAQUE**
Comércio: reorientar a política para o mercado interno
- .06 NOTÍCIAS**
Concentração e especulação sobre a terra avançam
- .08 NOTÍCIAS**
50 Anos da Lei do Arrendamento Rural
- .09 NOTÍCIAS**
A Casa do Douro pública é a voz dos produtores durienses!
- .10 NOTÍCIAS**
Produtores durienses muito preocupados
- .11 CADERNO TÉCNICO**
O Acordo Comercial UE-MERCOSUL
- .21 BOLETIM DE PREÇOS**
- .22 OPINIÃO**
Acordo Comercial UE-Mercosul
- .24 NOTÍCIAS**
Baldios: Governo falha promessa
- .25 NOTÍCIAS**
"Água que Une": um caderno de intenções
- .26 NOTÍCIAS**
Floresta: mais investimento, preços justos e menos propaganda
- .27 NOTÍCIAS**
APT celebra 37 anos
- Páscoa pouco risonha para produtores pecuários
- .28 NOTÍCIAS**
Mulheres agricultoras em luta por vida digna
- .29 NOTÍCIAS**
Participação da CNA na AGRO foi um sucesso!
- Grupo de Diálogo Civil do Azeite
- .30 INTERNACIONAL**
Publicações ECVC sobre digitalização e sementes
- .31 INTERNACIONAL**
De Carajás a Gaza: a luta camponesa é internacional

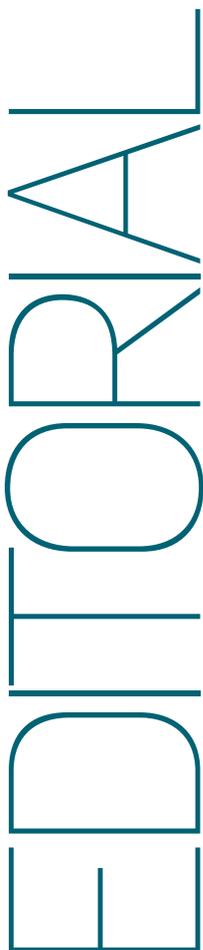
FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO CNA – Confederação Nacional da Agricultura **NIF:** 500817812 **Morada / Sede da Redacção** Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 | COIMBRA **Tel.:** 239 708 960 **E-mail:** cna@cna.pt
URL: www.cna.pt **DELEGAÇÃO EM LISBOA** Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº | 1100-288 LISBOA
DELEGAÇÃO EM VILA REAL Rua Marechal Teixeira Rebelo, Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158 | 5000-525 VILA REAL **Tel.:** 259 348 151 **Fax:** 259 348 153 **E-mail:** cnavreal@sapo.pt **DELEGAÇÃO EM ÉVORA** Rua 5 de Outubro, 75 | 7000-854 ÉVORA **Tel.:** 266 707 317 **E-mail:** ruralentejo@sapo.pt **DELEGAÇÃO EM BRUXELAS** Rue Grisar 38, | 1070 Anderlecht, BRUXELAS **Tel.:** 0032 22173112 - 0032 22184509
Título Voz da Terra **Directora** Adélia Vilas Boas **Fotos** Arquivo da CNA **Redactores da Separata "Caderno Técnico"** Vítor Rodrigues **Periodicidade** Bimestral **Tiragem** 5000 exemplares **Depósito Legal** N.º 117923/97 **Registo na ERC** 123631 **Composição, Paginação e Impressão** Traços Hábeis Unipessoal, Lda **Sede do impressor** Ed. Maquijig - Pq. Industrial das Carrascas, 2950-402 Palmela
Os textos assinados são da responsabilidade dos autores Estatuto Editorial Disponível em: <http://www.cna.pt>



A CNA está filiada na
**Coordenadora Europeia
Via Campesina**

CNA
Pessoa Colectiva
de Utilidade Pública



Enfrentar as crises do comércio internacional com realocização da produção

Os impactos negativos do comércio internacional liberalizado no direito às populações a uma alimentação saudável e acessível e no direito dos agricultores a uma vida digna são há muito evidentes.

Ainda assim, mais recentemente, a abertura de uma “guerra comercial” por parte do presidente norte-americano, com a decisão de aumentar as taxas alfandegárias sobre as importações da União Europeia e do resto do mundo, adensou preocupações sobre os efeitos em produtos de exportação como vinho, queijo ou azeite, e com a concorrência de mais produtos no mercado interno.

A ratificação de novos acordos de livre comércio, como o UE-MERCOSUL, pelo qual há muito anseiam os defensores do “produzir para exportar” – nomeadamente o Governo português – foi rapidamente apontada como solução milagrosa e salvadora.

Mas é necessário denunciar que as políticas neoliberais das últimas décadas promovem modelos de produção orientados para a industrialização da agricultura, transformando os agricultores em produtores de matéria-prima ao mais baixo preço possível, desconsiderando importantes questões sociais, ambientais e de saúde.

Hoje temos motivos de preocupação acrescidos, com a apologia de mais gastos com armamento, enquanto se ameaça cortar no orçamento da Política Agrícola Comum, ou seja, no apoio à produção de alimentos.

Nesta edição analisamos como esta via agravará as dificuldades dos agricultores, particularmente da agricultura familiar, prejudicará o ambiente, a alimentação das populações, os direitos

humanos e a paz dos povos e apresentamos as propostas alternativas.

Num mundo onde imperam gigantescos circuitos comerciais especulativos, a resposta tem de passar por políticas que promovam a realocização da produção para alimentar a população e pela adopção de regras de comércio internacional justo que visem o bem estar dos povos e não a acumulação dos lucros num punhado de empresas multinacionais.

A CNA continuará a reafirmar que a agricultura e os alimentos deverão estar fora da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de todos os tratados bilaterais e multilaterais de comércio.

Precisamos de uma verdadeira mudança na política agrícola que caminhe para a Soberania Alimentar e coloque os agricultores no centro da elaboração das políticas, ao invés dos interesses comerciais, e nos dê perspectivas para o futuro.

A CNA continuará a reafirmar que a agricultura e os alimentos deverão estar fora da Organização Mundial do Comércio [OMC] e de todos os tratados bilaterais e multilaterais de comércio.



Oscilações no comércio internacional exigem reorientação da política agrícola para o mercado interno

No início do mês de Abril, ficaram mais expostos os perigos do comércio internacional, com o anúncio do aumento das tarifas norte-americanas sobre as importações provenientes da União Europeia.

A propósito, a CNA reiterou a posição crítica que sempre assumiu relativamente ao paradigma do comércio internacional liberalizado que coloca agricultores e consumidores sujeitos aos interesses das grandes corporações e à volatilidade dos mercados e das políticas económicas.

Os efeitos negativos na produção nacional resultantes da possível aplicação de novas tarifas são diso um claro exemplo.

O impacto sobre as exportações nacionais de produtos agro-florestais, como o vinho, o azeite, a cortiça, entre outros, terá consequências no escoamento da produção. E se a Agricultura Familiar produz,

sobretudo, para o mercado nacional, os pequenos e médios agricultores serão também afectados, nomeadamente pelo facto de passar a haver mais produtos a circular no mercado interno.

A concretizar-se a aplicação das tarifas, será necessário implementar apoios para os sectores mais afectados, nomeadamente prever re-

tiradas de mercado para prevenir baixa de preços, evitando, assim, que os agricultores sejam ainda mais penalizados do que já têm sido pelos preços baixos à produção. A par da diversificação dos mercados de exportação, no sentido de ultrapassar os constrangimentos provocados pelas tarifas norte-americanas, a CNA defende que é urgente, sobretudo, alterar o paradigma da total liberalização do comércio e da política do "produzir para exportar". Esta aposta de sucessivos governos não só não nos tem protegido dos nefastos efeitos da volatilidade dos mercados, como também conduziu a uma escandalosa dependência de Portugal do exterior nos produtos agro-alimentares, com um défice incombustível. A CNA alerta também que a tentativa imediata de apontar como solução a proliferação de tratados de livre comércio, como o UE-MERCOSUL, é insistir no mesmo erro que nos conduziu à situação actual. A solução para os problemas que se colocam passa por reorientar a política agrícola para o mercado interno num quadro de Soberania Alimentar, apostando nos circuitos curtos agro-alimentares, através da criação e dinamização de feiras e mercados locais e do abastecimento de cantinas públicas (escolas, hospitais...) com produção local proveniente da Agricultura Familiar.

A CNA defende, ainda, uma profunda revisão das orientações da Política Agrícola Comum, construída sob a batuta da Organização Mundial do Comércio e com base num pressuposto que condiciona toda a sua aplicação, nomeadamente na limitação da necessidade de ligar as ajudas à produção e de regulação do mercado e da produção. A adopção de medidas por parte do Governo português para mitigar os

CNA EM REUNIÕES COM OS MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA E DA ECONOMIA

■ A CNA teve oportunidade de transmitir a sua posição em reuniões sectoriais realizadas a 7 de Abril com o Ministério da Agricultura e, a 14 de Abril, com a tutela e o Ministério da Economia.

A CNA espera que este e o novo Governo as ponham em prática para bem da produção nacional.

Perante crises cada vez mais frequentes, é cada vez mais urgente construir políticas agrícolas que cumpram os desígnios da Soberania Alimentar, no respeito da Declaração dos Direitos dos Camponeses e outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais que, em Portugal, se cumprirá com a implementação do Estatuto da Agricultura Familiar. Portugal precisa de mais pequenos e médios agricultores, mais Agricultura Familiar e mais produção nacional, pela Soberania Alimentar do país!



impactos das novas tarifas e a necessária alteração da política agrícola nacional, com a sua reorientação para o mercado interno, não pode estar dependente das decisões de Bruxelas. Importa referir que na sua "Visão para a Agricultura e Alimentação", recentemente publicada, a Comis-

são Europeia coloca deliberadamente a agricultura da União Europeia à mercê dos acordos de livre comércio, que pressionarão os preços para baixo, e introduzirão factores de injustiça nos mercados agrícolas, funcionando como uma nova ameaça para os agricultores, sobretudo os pequenos e médios.



Concentração e especulação sobre a terra avançam a passos largos

As questões da posse e uso da terra continuam a ser centrais, quando se discute a soberania alimentar e os modelos de agricultura mais capazes de dar resposta aos desígnios de alimentar em quantidades suficientes, com alimentos saudáveis e seguros, segundo métodos e processos sustentáveis, e reconhecendo o direito aos povos de decidirem o que, como e quanto querem produzir.

Por todo o mundo, e também em Portugal, avança a industrialização da agricultura, o açambarcamento e concentração da terra, a sua mercantilização e financeirização especulativa, a coexistência da progressão da agricultura intensiva e superintensiva com o subaproveitamento e o abandono. A degradação das paisagens e das

terras cultivadas coexiste com a expansão de usos não agrícolas em terras com aptidão produtiva, de que são exemplo as culturas energéticas e a nova monocultura dos tempos pós-modernos: o painel solar.

Em 2015, o Comité Económico e Social da União Europeia alertou para a concentração da terra como um grave risco, sendo incompa-

tível com o modelo europeu de agricultura sustentável e multifuncional em que predominam as explorações familiares, o que causa danos irreversíveis aos sistemas económicos rurais e conduz a uma agricultura industrializada que a sociedade não quer. A União Europeia (UE) não tem feito grande coisa a propósito e os nossos governos também não. Muito pelo contrário, os

problemas que hoje se colocam aos agricultores e à população são resultado das opções políticas de sucessivos Governos e da UE, de ataque aos pequenos e médios agricultores e de favorecimento do agro-negócio.

As estatísticas oficiais revelam que, entre 1989 e 2019, desapareceram perto de 285 mil explorações no Continente, mas o número de explorações com área superior a 50 hectares subiu 33% e a área média por exploração passou dos 7 para os 15 hectares.

No mesmo período, o número de explorações que fazia uso predominante de terras arrendadas caiu 90%, e a superfície agrícola arrendada diminuiu 45%. Entre 1999 e 2019, a diminuição do recurso ao arrendamento, como forma predominante de exploração, deu-se sobretudo nas explorações de pequena dimensão económica (-85%) e de média dimensão (-51%). Em contraste, o número de explorações de grande dimensão económica, ou seja, superior a 100 mil euros, que são fundamentalmente arrendatárias, subiu 34%. Hoje, quem arrenda a terra, são sobretudo explorações com grande poder económico e com grande dimensão fundiária. Para as pequenas explorações o arrendamento é uma opção residual.

O APETITE VORAZ DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO

O apetite predador dos fundos de investimento a nível mundial, que olham para a terra como um activo, não para produzir, mas para garantir a rentabilidade que os mercados financeiros já não dão, criou uma forte pressão sobre a disponibilidade e o preço da terra. As notícias dão conta de um aumento de 150% no investimento em terras agrícolas entre 2022 e 2024, indicando a especulação neste negó-



NA COVA DA BEIRA, O PREÇO POR HECTARE MAIS DO QUE DUPLICOU EM DOIS ANOS

■ O problema do acesso à terra é um dos factores que limita o rejuvenescimento da agricultura, somando-se aos brutais aumentos dos custos de produção, aos baixos preços pagos à produção muito provocados pela “ditadura” da grande distribuição, a uma PAC injusta que dirige a fatia de leão dos seus apoios a quem menos precisa deles e não apoia a instalação duradoura de jovens agricultores, à política de submissão ao comércio internacional liberalizado, com todas as suas volatilidades e dependências, de que a política comercial da actual administração dos EUA é o mais recente exemplo. Sem esquecer a desertificação de serviços públicos nos territórios rurais.

A CNA reclama medidas que combatam a concentração e a especulação sobre as terras, que limitem a acção dos fundos de investimento, contrariem a superintensificação, a degradação das paisagens e de valores naturais e não permitam usos não agrícolas nos solos com aptidão produtiva.

O reconhecimento do direito ao acesso à terra, em particular, para os pequenos e médios agricultores familiares, os jovens, as mulheres agricultoras e os compartes de baldios, é uma condição essencial para o desenvolvimento da produção nacional e para alcançar a Soberania Alimentar do país.

cio agora mais assegurado com a Lei dos Solos recentemente aprovada na Assembleia da República. Os preços da terra têm aumentado vertiginosamente. Segundo fontes especializadas, um hectare no Vale da Vilariça passou de 5 a 10

mil euros em 2021 para 21 mil euros em 2023 e na Cova da Beira essa evolução foi de 15 mil euros por hectare para 35 mil euros. Para os pequenos e médios agricultores, rendeiros, é hoje quase incomportável aceder à terra para produzir.



50 Anos da Lei do Arrendamento Rural

A CNA, com as demais organizações unidas na Via Campesina, comemorou o Dia Internacional da Luta Camponesa sob o lema “Terra, Água e Territórios para a Vida”, celebrando também este ano uma das muitas conquistas do 25 de Abril: os 50 anos da Lei do Arrendamento Rural.

de em relação ao senhorio, o que constituía um forte obstáculo à expansão e melhoria das condições de vida daqueles que trabalham nos campos.

Ao abordar esta lei, discutiu-se,

com as agricultoras e os agricultores presentes, os problemas que se colocam hoje à Agricultura Familiar no acesso à terra para produzir e quais as propostas para os ultrapassar.

■ O Dia Internacional da Luta Camponesa (17 de Abril) é assinalado desde 1996 pela Via Campesina e suas organizações-membro. É um dia de afirmação da luta em defesa dos direitos dos pequenos e médios agricultores e da Agricultura Familiar, de denúncia das dificuldades impostas aos agricultores e de apresentação de propostas concretas para as ultrapassar.

Numa iniciativa, promovida em conjunto com a UABDA – União de Agricultores e Baldios do Distrito de Aveiro, na Junta de Freguesia de Válega, Ovar, destacámos a extrema importância que esta Lei teve para os rendeiros, que se encontravam, durante o fascismo, numa situação de inferiorida-



■ CNA PARTICIPOU NA MANIFESTAÇÃO POPULAR DO 25 DE ABRIL, EM COIMBRA.

A Casa do Douro pública é a voz dos produtores durienses!

A Provedora de Justiça remeteu ao Tribunal Constitucional um requerimento para declaração de inconstitucionalidade da Lei 28/2024, em particular, do artigo 1º, em que se restaura a Casa do Douro enquanto associação pública de inscrição obrigatória, e do artigo 2º, que aprova os Estatutos da Casa do Douro.



O requerimento funda-se na alegada violação do princípio de excepcionalidade na criação de associações públicas, violação que, a verificar-se, restringiria a liberdade de associação consagrada no artigo 46º da Constituição da República Portuguesa.

O cerne desta alegada violação é o entendimento de que as atribuições da Casa do Douro não se baseiam num "interesse público". Ou seja, toda a base deste requerimento é um entendimento da Sra. Provedora de Justiça cujos fundamentos são eminentemente subjectivos, jurídica e politicamente.

É de lembrar que, segundo os Estatutos da Casa do Douro, são automaticamente reconhecidos como associados os viticultores inscritos no IVDP – Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, onde todos os viticultores têm de estar inscritos, obrigatoriedade que ninguém

contesta nem contestou, quando, no passado, a Casa do Douro foi associação pública.

O interesse público da restauração da Casa do Douro enquanto associação pública, de funcionamento democrático, e com amplas atribuições, funda-se na necessidade histórica de organizar a produção e regular o comércio da Região Demarcada do Douro (RDD), corrigindo o desequilíbrio de poder entre as grandes casas comercializadoras e exportadoras e a produção, em particular, dos pequenos e médios produtores.

Necessidade que se mantém e reforça na actualidade, como demonstra a degradação da situação na região nos últimos anos, coincidindo com a inoperância e irrelevância de uma Casa do Douro privatizada.

Os que se agarram cingidamente à suposta restrição da liberdade de associação, indo ao ponto de invocar um recuo ao Estado Novo, quando a Casa do Douro demo-

cratizada é uma conquista do pós-25 de Abril, prestam um mau serviço aos vitivinicultores durienses e a toda a região. A liberdade que defendem é, afinal, a liberdade de as grandes casas produtoras e exportadoras do Douro de continuarem a esmagar os pequenos e médios produtores, acumulando lucros, terras e poder, enquanto toda a situação na região se degrada. Na verdade, é o carácter democrático da Casa do Douro que não suportam, porque não está sob o seu exclusivo controlo.

Quando novas ameaças pairam sobre a produção e a comercialização de vinhos portugueses, reforça-se a importância dos produtores durienses, em especial, dos pequenos e médios, de lutarem por uma Casa do Douro democrática e actuante.

Luta para o que podem sempre contar, como têm contado, com a CNA, a AVADOURIENSE e as suas outras filiadas na região.

Produtores durienses muito preocupados

Uma delegação da CNA e da AVADOURIENSE – Associação dos Viticultores e da Agricultura Familiar Douricense esteve no dia 23 de Abril em contacto com viticultores na Feira da Régua e ouviu dos produtores uma enorme preocupação de que se agrave, este ano, a profunda crise que se tem sentido na região.



e o grande comércio exportador, sendo os pequenos produtores o elo mais fraco.

Num cenário em que a aplicação de tarifas sobre as exportações de vinho, nomeadamente para os EUA, pode significar impactos negativos adicionais, é ainda mais imperioso pôr fim às importações desnecessárias de vinhos e mostos, circunstância que não se resolve apenas com anúncios, mas com medidas concretas.

O tema do vinho foi um dos primeiros a ser abordado pela tutela no início da legislatura, mas o Ministério da Agricultura não adop-

tou uma única medida para acudir, directamente, à situação desesperada dos pequenos viticultores durienses que os pudesse compensar pelas enormes perdas de rendimento.

O Douro, e outras regiões vitivinícolas do país, precisam de uma verdadeira atenção por parte do Governo, com medidas imediatas, mas também com medidas estruturantes como o fim da liberalização dos direitos de plantação da vinha na União Europeia ou o controlo e limitação de importações desnecessárias, a par da promoção das exportações.

Depois de um ano em que muitas uvas ficaram por vindimar por não haver a quem as vender, há grandes receios quanto à capacidade de resistir a mais um ano com falta de escoamento, baixos preços pagos pelas uvas, aumentos brutais dos custos de produção e, sobretudo, com o desequilíbrio de poder entre a produção, a transformação

CNA REUNIU COM DIRECÇÃO DA CASA DO DOURO

■ Ainda a 23 de Abril, a CNA reuniu com a Direcção da Casa do Douro, para abordar as perspectivas da instituição no quadro das recentes eleições e perante a situação com que os produtores se confrontam. A CNA transmitiu à nova Direcção a sua posição de defesa da instituição enquanto associação

pública, de funcionamento democrático e com amplas atribuições, e apelou à Casa do Douro para defender o aumento do benefício para valores capazes de absorver boa parte da produção da região. A necessidade de reforçar a convergência em defesa desta importante instituição torna-se hoje

mais premente, quando sobre ela pairam novamente ameaças de a enfraquecer, para proveito de uns à custa do sacrifício dos pequenos e médios produtores. Os viticultores do Douro podem contar com a CNA na defesa do seu direito a produzir nas suas terras e pela justa remuneração do seu trabalho.

O ACORDO COMERCIAL UNIÃO EUROPEIA-MERCOSUL

VÍTOR RODRIGUES*

“ (...) importa adoptar uma política que fomente as produções locais e, acima de tudo, a adopção de regras de comércio internacional que visem o bem estar dos povos e não a acumulação dos lucros num punhado de empresas multinacionais.”

Resolução do 9º Congresso da CNA, 6 de Novembro de 2022

** Vítor Rodrigues, membro da Direcção da CNA e do Comité Coordenador da ECVC. Representa a ECVC no EBAF – Conselho Europeu para a Agricultura e Alimentação*

Fonte: Pixabay/TheOtherKey

ORIGENS

■ Depois de 25 anos de negociações, a União Europeia (UE) e o MERCOSUL (bloco comercial formado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, ainda que esta última esteja suspensa na organização) anunciaram, em Dezembro de 2024, a conclusão de negociações para um acordo comercial dito de livre comércio.

Trata-se de um acordo que a UE justifica com a dimensão do mercado do MERCOSUL (273 milhões de pessoas (fonte 1) e 2,2 biliões de euros de produto interno bruto (PIB) conjunto), e também com a intensidade das relações comerciais já existentes (84 mil milhões de euros em exportações desde a UE, que envolvem mais de 30 mil pequenas e médias empresas do espaço europeu).



OBJECTIVOS DA UNIÃO EUROPEIA E DO MERCOSUL

■ Os principais objectivos da UE passam por: 1) diminuir ou eliminar as tarifas aplicadas pelos países do MERCOSUL quanto a importações de produtos finais oriundas da UE, sobretudo automóveis, maquinaria, farmacêuticos, têxteis e vestuário, e alguns produtos alimentares; 2) diminuir ou eliminar as tarifas de importação impostas pela UE na compra de matérias-primas essenciais oriundas do MERCOSUL (terras e metais raros, p.e.) (fonte 2). Segundo a UE, o acordo vai também permitir aumentar o comércio de serviços, telecomunicações, transportes e serviços financeiros.

Da parte dos países do MERCOSUL, estes esperam também beneficiar da diminuição ou eliminação de tarifas de importação por parte da UE de produtos agroalimentares oriundos desses países (fonte 2). No caso dos produtos agroalimentares, a UE aposta no levantamento de tarifas à importação, por parte dos países do MERCOSUL, no azeite, malte, vinhos, bebidas espirituosas e chocolates (ver quadro 1). No caso dos queijos, e outros derivados lácteos, o acordo prevê o gradual levantamento de tarifas à importação, até determinadas quotas (ver quadro 2)³.



QUADRO 1

Produtos para os quais se prevê o levantamento de tarifas de importação nos países do MERCOSUL, montantes das trocas comerciais em 2022 (milhões de euros) e tarifas actuais aplicadas (Fonte: 3))

PRODUTO	COMÉRCIO 2022 (M €)	TARIFA ACTUAL
Azeite	485	10%
Malte	6	14%
Vinho	221	Até 35%
Bebidas espirituosas	388	Até 35%
Chocolates	94	20%

QUADRO 2

Produtos para os quais se prevê o levantamento de tarifas de importação nos países do MERCOSUL, até determinados volumes (quotas isentas, em toneladas) e tarifas actuais aplicadas (fonte 3)

PRODUTO	QUOTA ISENTA (TON)	TARIFA ACTUAL
Queijo	30 mil	28%
Leite em Pó	10 mil	28%
Preparado lácteo	5 mil	18%

Já quanto às importações de produtos oriundos do MERCOSUL, o acordo estabelece quotas e levantamento progressivo de tarifas para carne de bovino, aves, açúcar, etanol (para a indústria) e mel (ver quadro 3) (fontes 3 e 4). É importante referir que as quotas com isenção de tarifas não significam tectos à importação.

QUADRO 3

Produtos, oriundos do MERCOSUL, para os quais se prevê o levantamento de tarifas de importação na UE, até aos montantes das quotas isentas (em toneladas). (Fontes 3 e 4)

PRODUTO	QUOTA ISENTA (TON)
Carne bovino	99 mil
Carne de aves	180 mil
Carne de porco	25 mil
Açúcar não refinado	190 mil*
Etanol (indústria)	450 mil
Etanol (outros usos)	200 mil
Mel	45 mil
Arroz	60 mil
Milho e sorgo	1 milhão

*Destas, 10 mil toneladas são exclusivas para o Paraguai



OUTROS INSTRUMENTOS DO ACORDO

■ O demorado processo de negociação procurou dar resposta às questões que mais críticas levantaram nos últimos anos. Estas estavam relacionadas com as consequências negativas do acordo quanto ao combate às alterações climáticas, à deflorestação (em particular, na Amazônia), às diferenças sociais e sanitárias de produção de produtos agroalimentares no MERCOSUL, aos riscos económicos para os pequenos e médios agricultores (PMA) e à protecção de diversos produtos europeus com denominações de origem protegida.

De forma a lidar com estes riscos e consequências, o acordo inclui várias cláusulas e instrumentos:

- Está prevista a suspensão do acordo, caso algum país saia do Acordo de Paris relativo às alterações climáticas, ou deixe de actuar de boa-fé;
- Há um compromisso de parar a deflorestação no MERCOSUL, provocada por certos produtos agroalimentares, a partir de 2030;
- É criado um mecanismo de reequilíbrio que, no caso de uma das partes considerar que a outra anula ou desequilibra substancialmente os termos do acordo, permite à parte prejudicada requerer a arbitragem de um painel, podendo resultar em posteriores medidas de reequilíbrio;
- É estabelecido que todos os produtos comercializados na UE têm de respeitar as mesmas regras quanto à sua sustentabilidade, sanidade e fitossanidade;
- É criado um mecanismo de salvaguarda de 1000 milhões de euros, para compensar os agricultores de “eventuais” consequências negativas;
- É estabelecida a protecção de cerca de 350 produtos agroalimentares com denominação de origem oriundos da UE.



■ FOTO CANVA

A La Via Campesina (LVC) e a Coordenadora Europeia Via Campesina (ECVC) apontam para várias e graves insuficiências dos mecanismos associados ao acordo. A saber:

- O mecanismo de salvaguarda é, na prática, o reconhecimento de que os agricultores podem sofrer consequências negativas em termos dos seus preços e rentabilidade, pondo em particular perigo os pequenos e médios agricultores. Ora, estas consequências só são anuladas com o assegurar de preços justos que cubram, pelo menos, os custos de produção;
- As consequências da deflorestação não podem ficar apenas para o pós-2030. Até lá, a

manter-se o ritmo actual, vastas áreas florestais dos países do MERCOSUL vão continuar a ser destruídas, o que é potenciado pelo acordo. Por outro lado, este compromisso não abrange determinados produtos que fazem parte do acordo. Ainda por cima, as consequências do incumprimento deste critério não são efetivas nem automáticas, e a sua fiscalização é difícil;

- Também de difícil fiscalização são as condições de sustentabilidade social e fitossanitária da produção agrícola no MERCOSUL. Isso exigiria mecanismos de verificação in loco, que o acordo não está em condições de assegurar.

PREVISÍVEIS CONSEQUÊNCIAS PARA PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

■ A LVC, organização mundial de camponeses e trabalhadores da terra, na qual se integra a ECVC, de que a CNA faz parte, tem criticado duramente a adopção deste acordo comercial por, desde logo, tratar os produtos agrícolas como meros *commodities*, num paradigma obsoleto que desconsidera a alimentação como um direito humano. Desconsidera ainda a soberania alimentar, não apenas nas componentes de segurança dos abastecimentos alimentares, e na sua sanidade, mas também no direito que os países têm de escolher que bens alimentares querem produzir e como. Segundo a LVC, também são desconsiderados o direito dos agricultores a rendimentos dignos, assim como o contexto de necessidade de combater as alterações climáticas e a perda de biodiversidade (fonte 5). A ECVC continua a apontar para as ameaças decorrentes da adopção do acordo. Este constitui uma ameaça de ainda maior destruição dos PMA dos dois lados do Atlântico, favorecendo ainda mais a industrialização da agricultura e as grandes explorações e corporações. A ECVC alerta para uma injusta competição comercial, com o *dumping* (venda com preços abaixo dos custos de produção) a trazer ainda mais para baixo os preços pagos aos agricultores de UE, acentuando os profundos problemas sociais e ambientais nos países do MERCOSUL, contradizendo os objectivos do Pacto

Verde Europeu e as promessas feitas nos Diálogos Estratégicos para o Futuro da Agricultura, coordenados pela Comissão Europeia⁶.

A UE tem defendido que as quotas estabelecidas para os produtos agroalimentares oriundos do MERCOSUL são baixas, sobretudo se tivermos em conta as importações que já hoje se realizam a partir daí. Por exemplo, argumentam que a quota de 99 mil toneladas de carne de bovino é apenas 1,6% da carne de bovino produzida na UE e menos de metade das 196 mil toneladas importadas desde o MERCOSUL em 2023 (fonte 3).

O problema é que tais argumentos não consideram dois fenómenos. Por um lado, ao passar a existir uma quota isenta de tarifas de importação, sendo as importações oriundas do MERCOSUL hoje já muito mais elevadas, é de prever que os exportadores do MERCOSUL vão procurar aumentar as suas exportações. Por outro lado, ao diminuírem os preços de entrada, ainda que de uma pequena fracção do que é produzido actualmente na UE, é ainda de prever que a pressão sobre os preços dos produtores europeus aumente, fazendo-os diminuir. Este fenómeno já foi observado com os ovinos provenientes da Nova Zelândia: a quantidade importada, ainda que pequena, mas concentrada sazonalmente, teve um impacto negativo muito expressivo no preço dos ovinos.



Num estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Brasil⁷, os autores concluíram (ver quadro 4) que é a produção agroalimentar da UE quem vai arcar com as consequências deste acordo, com perdas que chegam quase aos 11486 milhões de dólares (mais de 10100 milhões de euros ao câmbio actual).

QUADRO 4

Impacto acumulado (em percentagem e milhões de dólares) do acordo UE-MERCOSUL sobre o valor da produção sectorial no Brasil, UE e outros países do MERCOSUL (adaptado de: ver 7)

Sector	Brasil		UE		Outros MERCOSUL	
	Var (%)	US\$ M	Var (%)	US\$ M	Var (%)	US\$ M
Agricultura e alimentação	2,00	10926,8	-0,63	-11486,2	1,07	1957,4
Suíños e aves	9,2	2972,2	-2,4	-3712,4	0,2	23,7
Outros prod alimentares	2,3	2170,7	-0,3	-1917,2	1,2	381,5
Óleos e gorduras vegetais	4,8	1706,9	-2,6	-1258,2	3,2	644,1
Pecuária	5,0	1180,5	-1,4	-983,9	0,4	60,5
Bebidas e tabacos	1,8	768,9	-0,4	-926,4	0,7	125,3
Vegetais, frutas e amêndoas	1,4	475,8	0	-22,6	0,1	7,3
Carne de bovinos	1,0	461,3	-1,5	-1301,1	2,8	403,5

O aumento das trocas comerciais a preços mais baixos que os praticados actualmente, não pode deixar de implicar mais um passo no sentido da especialização produtiva, o que sempre favorece as maiores explorações. De igual modo, o previsível aumento de exportações a preços mais baixos vai fazer expandir a agricultura mais industrializada nos países do MERCOSUL, e esmagar os pequenos e médios agricultores nos dois lados do Atlântico. Na realidade, com este acordo, a UE sacrifica os seus PMA para obter vantagens geoestratégicas

no campo dos produtos industriais e matérias-primas, e com isso, leva também ao esmagamento dos pequenos e médios agricultores nos países do MERCOSUL.

O aumento dos fluxos de comércio internacional nem sequer é garante de manutenção de empregos, menos ainda do seu aumento, como argumenta a UE. Basta ver como tem evoluído o emprego agrícola na UE, em especial, nos países aderentes depois de 2004.



■ FOTO PIXABAY/ PAPAACHARIASA

PROCESSO NEGOCIAL

■ Outra crítica que a LVC e a ECVC têm levantado, diz respeito à falta de democraticidade de todo o processo. Desde logo, porque todas as negociações careceram de transparência.

Antes de mais, é necessário ter em conta qual o processo de aprovação previsto na UE para este tipo de acordos. Inicialmente, tratava-se de um "acordo de associação", o que implicaria a ratificação pelos parlamentos dos Estados-Membros (EM). Contudo, foi revelado que vai tratar-se de um "acordo de parceria", o que dispensa essa ratificação.

Se se tratar de um acordo comercial de caráter misto, então é necessário obter a unanimidade no Conselho Europeu, e a ratificação pelo Parlamento Europeu.

No entanto, vários países têm-se manifestado

contrários à adoção deste acordo, ou manifestado grandes reservas. Por isso, o processo de aprovação pode passar pela separação da componente comercial das outras componentes do acordo. Isto faria com que fosse possível adoptá-lo apenas com maioria qualificada de Estados-Membros (EM). Isso significa obter o voto favorável de pelo menos 15 EM ou 55% do total, tendo de representar pelo menos 65% da população da UE.

Para bloquear o processo, são necessários pelo menos 4 EM, que têm de representar pelo menos 35% da população da UE. Neste momento, França, Irlanda, Países Baixos, Áustria e Polónia opõem-se à assinatura do acordo, e vários outros EM não decidiram a sua posição definitiva, ou poderão abster-se. Portugal tem uma posição favorável.

ALTERNATIVA E MEDIDAS NECESSÁRIAS

■ A CNA, a ECVC e a LVC vêm defendendo há muito a retirada da agricultura dos chamados “acordos de livre comércio”, por representarem uma ameaça para a pequena e média agricultura e para a soberania alimentar.

Para tal, têm-se desenvolvido várias acções de âmbito nacional, europeu ou mundial, como a manifestação em Bruxelas em Novembro de 2024.

Continuamos a defender a fixação de preços mínimos de entrada para produtos importados, e a proibição da compra de produtos agroalimentares abaixo dos custos de produção, atacando a ditadura da grande distribuição e do agronegócio. Para o efeito, é urgente e prioritário rever a Directiva

das Práticas Comerciais Desleais, e rever a legislação nacional para incluir este preceito da mais elementar justiça.

A regulação do mercado, garantindo a estabilidade de preços e *stocks*, e a dignidade dos pequenos e médios agricultores, incentivando a instalação de mais jovens agricultores, a difusão das práticas agroecológicas, a implementação de compras públicas de produções locais, são elementos fundamentais de um outro paradigma de agricultura, voltado para a soberania alimentar e para a viabilidade dos territórios e sócio-economias rurais. Estes são objectivos incompatíveis com um comércio mundial desregulado e assente em interesses opostos aos dos pequenos e médios agricultores.



■ BRUXELAS, NOVEMBRO 2024



REFERÊNCIAS:

- 1) EU – União Europeia, 2024: *EU-MERCOSUL Partnership Agreement: Key Facts*. Acessível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/MERCOSUL/eu-MERCOSUL-agreement/factsheets-and-guides_en
- 2) EU, 2024: *EU-MERCOSUR Partnership Agreement: Enhancing Trade and Investment in Critical Raw Materials*. Disponível em: ver 1).
- 3) EU, 2024: *EU-MERCOSUR Partnership Agreement: Opening Opportunities for European Farmers*. Disponível em: ver 1).
- 4) EC – Comissão Europeia, 2024: *Questions and answers on the EU-MERCOSUR partnership Agreement*. Disponível em: ver 1).
- 5) ECVC – Coordenadora Europeia Via Campesina, 2023: *EU-MERCOSUR FTA: a political agreement at the expense of farmers?*. Disponível em: <https://www.eurovia.org/press-releases/eu-MERCOSUR-fta-a-political-agreement-at-the-expense-of-farmers/> (25-05-2025)
- 6) ECVC, 2024: *ECVC, FUGEA and civil society demand an end to the EU-MERCOSUR FTA in Brussels*. Disponível em: <https://www.eurovia.org/press-releases/ecvc-fugea-and-civil-society-demand-an-end-to-the-eu-MERCOSUR-fta-in-brussels/> (25-05-2025)
- 7) 6) Ribeiro FJSP; Junior AAB; Faria WR, 2023: *Avaliação dos Impactos do Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia*. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasil. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12718/1/NT_68_Dinte_Avaliacao_dos_impactos.pdf (25-05-2025).

BOLETIM DE PREÇOS

SEMANA 14/04/2025

	€	€	€	%
Produto	Preço origem	Preço destino	Diferença	Diferença
Alface	0,62 €	1,84 €	1,22 €	197%
Beterraba	1,50 €	1,69 €	0,19 €	13%
Cebola	0,46 €	1,32 €	0,86 €	187%
Cenoura	0,55 €	0,97 €	0,42 €	76%
Couve Brócolo	0,38 €	2,49 €	2,11 €	555%
Couve Lombarda	0,22 €	1,39 €	1,17 €	532%
Nabo	0,50 €	2,14 €	1,64 €	328%

Fonte dos Preços na Origem: Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA)/ GPP
Fonte dos Preços no Destino: Consulta a vários pontos de venda / grandes superfícies

Preços apresentados em €/kg

Acordo Comercial UE-Mercosul

NOVO APOIO DA COMISSÃO EUROPEIA AO MODELO INDUSTRIAL DE AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO NA UE E NO MERCOSUL



**ANDONI GARCÍA
ARRIOLA**

Membro do Comité
Coordenador da ECVC,
dirigente da COAG
– Coordenadora
de Organizaciones
de Agricultores
y Ganaderos
(Espanha) e do EHNE
(País Basco)

A Comissão Europeia e o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) concluíram um acordo de "livre comércio" após muitos anos de negociação, em que a rejeição por parte de alguns países, organizações de agricultores, ECVC – Coordenadora Europeia Via Campesina, suas organizações-membro e ONG, levou a Comissão a introduzir novos elementos nas negociações para justificar o acordo o que supostamente significaria atrasos no seu progresso. Por fim, apressaram-se a assinar, mais uma vez defendendo os interesses geopolíticos e das elites económicas, sem ter em conta os graves impactos nos agricultores e nos cidadãos da UE.

Durante as negociações, foram mantidos em segredo os elementos mais concretos, embora fosse claro, mais uma vez, que a agricultura europeia e o modelo de pequena e média agricultura estavam a ser utilizados como moeda de troca para outros interesses, neste caso a venda de automóveis, sementes, serviços, produtos farmacêuticos, etc., em geral produtos e serviços industriais.

A Comissão Europeia segue o roteiro da globalização e das políticas neoliberais, sem ter em conta os impactos e o facto de a estrutura comercial neoliberal da OMC – Organização Mundial do Comércio ter fracassado, não só por causa da política tarifária de Trump (presidente dos EUA), mas também porque muitos países vêem que a sua segurança alimentar está em risco na actual situação de mercado global cada vez mais incerto e especulativo.

A Comissão Europeia defende sempre os Tratados e Acordos de Livre Comércio, bem como as exportações, como um paradigma inquestionável da economia e do benefício do sector agrícola, sabendo ou reconhecendo, como neste caso, que este está a provocar a destruição dos pequenos e médios agricultores e criadores de gado, bem como da agricultura familiar na UE. Chegou mesmo a propor, de forma ainda mais contraditória, um fundo de compensação.

O acordo com o Mercosul está a ser alcançado perante a rejeição unânime das organizações de agricultores europeias e no ano passado foi um dos focos principais das manifestações lideradas pela ECVC e pelas suas organizações. Também a CLOC – Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo, organização da Via Campesina na América Latina, juntamente com a ECVC, denuncia que este acordo viola os direitos camponeses contidos na UNDROP (Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais).

No Acordo comercial UE-Mercosul está incluída a importação de 99.000 toneladas de carne de bovino isenta ou com tarifas reduzidas, 25.000 toneladas de carne de porco, 45.000 toneladas de mel, 60.000 toneladas de arroz e importações de milho, açúcar, soja, fruta, sumos, etc.

Como alcançar a renovação geracional e a incorporação dos jovens se se incentiva a substituição dos pequenos e médios agricultores e a ocupação do mercado da UE com estas importações? São muitas as contradições e muitas questões a que a Comissão Europeia e os governos que apoiam este acordo devem responder.

A Comissão soma grandes contradições com este e outros tratados, face aos objectivos da PAC, ao Pacto Ecológico, à Estratégia do Prado ao Prado e à Visão para a Agricultura e a Alimentação na UE apresentada pelo novo Comissário da Agricultura, Hansen. Qual é a lógica destas importações se a UE é excedentária nestas produções que vão substituir as que se produzem na UE? Hansen diz que os agricultores não podem ser sistematicamente condenados a vender abaixo dos custos de produção. Como é que isto pode ser conseguido se se favorecem as importações que não cumprem as regulamentações da UE e se utilizam para baixar os preços no mercado da UE?

Como alcançar a renovação geracional e a incorporação dos jovens se se incentiva a substituição dos pequenos e médios agricultores e a ocupação do mercado da UE com estas importações? São muitas as contradições e muitas questões a que a Comissão Europeia e os governos que apoiam este acordo devem responder.

Além disso, tal como acontece com outros acordos ou tratados de livre comércio, a médio prazo, a agroindústria da UE irá mudar-se para estes países para produzir a custos mais baratos e em condições mais baratas para, depois, importar. São o agronegócio, as empresas multinacionais e os modelos industriais de agricultura e pecuária que beneficiam com estes acordos, acaparando e concentrando a produção, a importação, a exportação e os lucros, neste caso, dos dois lados do Atlântico.

A ECVC, as suas organizações-membro, juntamente com outras organizações e aliados, continuarão a lutar e a mobilizar-se contra este acordo para garantir a sua rejeição pelo Conselho Europeu, pelo Parlamento Europeu e pelos Estados-membros. Os próximos meses são determinantes!

Continuamos a luta! Há esperança!



■ MANIFESTAÇÃO EM BRUXELAS, CONTRA O ACORDO UE-MERCOSUL, 13 NOVEMBRO DE 2024



Baldios: Governo falha promessa e exclui pequenos agricultores

Nos últimos anos assistimos a uma redução significativa dos apoios aos agricultores que utilizam áreas de Baldio para alimentar os seus animais, em resultado de opções erradas dos governos PS e depois PSD/CDS-PP, o que coloca em causa a sustentabilidade de milhares de explorações pecuárias do Centro e Norte do país.

O Ministro da Agricultura, ainda em exercício, não quis resolver a situação na última programação

ção do PEPAC, prometendo uma ajuda a estes agricultores que até inscreveu no Orçamento do Estado (OE) para 2025.

A medida foi finalmente operacionalizada, com a publicação de um Despacho no passado dia 30 de Abril, mas muito aquém do anunciado e do que estava a ser discutido com os parceiros sociais:

- O montante global é 7,5 milhões de euros, quando o próprio Ministro da Agricultura anunciou, várias vezes, que esse apoio seria de 30 milhões de euros, verba, aliás, inscrita no OE;
- O valor da ajuda é de 120 euros por ha, quando os valores que foram apresentados em sede de discussão com as organizações, e que de facto poderiam compensar os

agricultores pela perda de rendimento dos últimos anos, eram mais do dobro;

- A medida exclui os agricultores de menor dimensão, opção que é inseparável dos interesses que o Governo privilegia e que não tem qualquer justificação técnica.

Mais uma vez, o Governo prometeu, mas não cumpriu, falhou aos produtores pecuários, falhou aos pequenos e médios agricultores e aos compartos dos baldios.

A CNA reclama que um próximo Governo altere o PEPAC e corrija esta medida do Fundo Ambiental de forma a eliminar discriminações gravosas para a Agricultura Familiar e para os compartos dos baldios, que têm consequências muito negativas para o desenvolvimento do mundo rural e do país.

Com alguma pompa e em circunstâncias que não podem ser desligadas do momento político que se vivia no país, em vésperas de eleições legislativas antecipadas, o Governo apresentou, a 9 de Março, em Coimbra, a estratégia nacional “Água que Une”,

A rapidez na concretização da cerimónia de apresentação da estratégia foi notável, mas não podemos dizer o mesmo quanto à clareza do que foi apresentado, que se configura como mais um caderno de intenções, sem garantias de execução e sem estarem asseguradas as fontes de financiamento para o efeito.

A aposta no regadio é essencial para o desenvolvimento da agricultura e do país e não pode oscilar em função de ambientes de pré-campanha eleitoral. É necessário romper com o que já parece ser tradição de sucessivos Governos que, nos últimos anos, anunciam milhões atrás de milhões de investimento no regadio que depois tardam ou acabam por nunca ser executados.

É disso exemplo o aproveitamento Hidroagrícola da Gardunha Sul – Bloco da Marateca.

O desenvolvimento da agricultura necessita da execução urgente de obra, mas importa também ter em conta todo o território nacional e as necessidades do país, sem esquecer nenhuma região nem nenhum tipo de agricultura.

O investimento público em regadio tem sido, nos últimos anos, direccionado de forma privilegiada

“Água que Une”: um caderno de intenções sem garantias de execução



e quase exclusivamente para vastas áreas de monoculturas super-intensivas na mão de fundos de investimento e para o agro-negócio, sem qualquer impacto na reversão do abandono da terra onde o regadio não chega.

A realidade do país, em que mais de 90% das explorações agrícolas são de tipo familiar, exigia o envolvimento dos representantes da pequena e média agricultura na elaboração desta estratégia, o que não aconteceu. A CNA estaria dispo-

vel para dar o seu contributo, assim tivesse sido chamada a fazê-lo.

Para a CNA, o papel do Estado tem de ir muito além do desenho e financiamento da construção de barragens e redes de rega. O Governo deve assumir responsabilidades na sua gestão e definir as áreas regadas e as produções a instalar, em função das necessidades de redução dos défices agro-alimentares em produções essenciais e numa perspectiva de alcançar a Soberania Alimentar.

Floresta nacional: mais investimento, preços justos e menos propaganda

O Governo apresentou no final de Março o Plano de Intervenção para a Floresta 2025-2050, para lá do prazo de 90 dias estabelecido em Resolução do Conselho de Ministros e já depois da convocação de eleições legislativas antecipadas.



Foi necessário esperar pelo período eleitoral para repetir o que antecessores seus fizeram: anunciar um caderno de intenções, com promessas de muitos milhões, cuja concretização fica muito aquém das expectativas, ou por falta de financiamento ou por falta de execução. Sucessivos Governos têm insistido neste tipo de anúncios, ao mesmo tempo que se têm recusado a tomar as medidas concretas para dar cumprimento às orientações da Lei 33/96, a Lei de Bases da Política Florestal.

Importa também lembrar que o Governo que fez este anúncio é o mesmo que cortou 114 milhões de euros de apoios públicos à floresta, nomeadamente na terceira Reprogramação do PEPAC.

A CNA sublinha ainda a intenção, agora reafirmada, de instituir instrumentos legais de ataque à pequena propriedade florestal, enquanto se omite e desvaloriza deliberadamente o papel reconhecidamente bem-sucedido dos Baldios e

Agrupamentos de Baldios em autogestão na preservação e aproveitamento florestal.

Independentemente da valia de algumas das ações apontadas, não se pode pensar uma política florestal sem ter em conta os pequenos e médios produtores florestais e os Baldios.

É essencial definir e aplicar um conjunto desburocratizado e atractivo de apoios destinados ao investimento e capazes de estimular o envolvimento dos pequenos e médios proprietários e produtores florestais, ao invés de se enveredar por medidas de carácter coercivo e tendentes a espoliar do direito de propriedade.

Para a CNA é vital defender a promoção de práticas mais equilibradas e sustentáveis de produção silvícola e o chamado “uso múltiplo” das Florestas com a produção de madeiras, mas também com a recolha organizada ou espontânea

de lenhas e coberturas, com outras actividades associadas à Floresta, como a pastorícia e a pecuária extensivas, incluindo a apicultura. Para isso será necessário que, ao invés de priorizar a produção indiscriminada e superintensiva de eucalipto, se valorize os modos de produção agro-florestais não intensivos, não monoculturais e as espécies de árvores mais adequadas. E os territórios Baldios, e suas utilizações pelos compartimentos, têm grandes potencialidades também neste contexto.

Além de outras medidas, é urgente intervir no mercado dos produtos da floresta, de forma a combater os baixos preços impostos à produção florestal, que são a grande razão para o estado actual de muitos milhares de hectares, com graves problemas de gestão e consequente contribuição para a deflagração dos incêndios que nos têm ciclicamente assolado.

A APT – Associação dos Agricultores e Pastores do Norte assinalou a 26 de Abril 37 anos de vida.

Associação dos Agricultores e Pastores do Norte celebra 37 anos

Nos anos 80 nasceu a ideia de criar uma organização, a partir de um encontro casual numa feira agrícola em Vila Pouca de Aguiar, que cresceu à volta da lajeira nas conversas entre pastores, que deram voz às dificuldades da classe.

Depois de um ano de encontros, marchas pelas serras, idas a feiras e muitas conversas, nasceu formalmente a Associação, em Mirandela, com 110 pastores e uma carta aberta dirigida aos Órgãos de Soberania. Aí começou a caminhada de luta, afirmação e esperança.

Hoje, 37 anos depois, a APT continua fiel às suas origens e ao seu compromisso com quem trabalha a terra e cuida dos rebanhos, defendendo os direitos e os interesses dos agricultores e pastores do Norte.



PÁSCOA POUCO RISONHA PARA PEQUENOS PRODUTORES PECUÁRIOS

■ Para os produtores pecuários, particularmente os criadores de cabritos e borregos, a Páscoa é a época de maior escoamento da produção. Contudo, apesar de os preços terem subido para os consumidores, tornando esta tradição mais dispendiosa para muitas famílias, os agricultores continuaram, este ano, com dificuldades. Os agricultores suportam cada vez maiores custos de

produção, nomeadamente na aquisição de cereais, e as dificuldades de escoamento são variadas. Os pastores das pequenas e médias explorações agrícolas familiares não vendem através das grandes superfícies, porque não lhes é pago um preço justo e não conseguem competir com quem fornece grandes quantidades a preços mais baixos. As dificuldades dos pastores são

ainda maiores devido aos cortes nos apoios da PAC ao pastoreio em áreas de baldio, situação que não é compensada inteiramente pela nova medida anunciada pelo Governo. A vitalidade das zonas rurais exige que sejam atribuídos apoios a quem aí vive e produz e a criação de canais de escoamento a preços justos para os produtos de qualidade provenientes da Agricultura Familiar.

Mulheres agricultoras em luta por vida digna

A CNA esteve na rua a comemorar o Dia Internacional da Mulher, a 8 de Março, dia de luta emancipadora das mulheres.

As mulheres agricultoras e rurais sentem ainda grandes insuficiências ao nível das políticas públicas que lhes garantam condições plenas de igualdade e de participação nos territórios onde vivem e trabalham.

Na manifestação de Coimbra e em Vila Real, a CNA reafirmou a luta por preços justos para os alimentos que as mulheres produzem e transformam e pelo acesso



aos mercados, por forma a acabar com a violência económica. Reclamou-se um regime de Segurança Social adaptado à realidade das mulheres agricultoras e rurais, que garanta uma justa protecção so-

cial, por serviços públicos de qualidade e de proximidade no Mundo Rural.

Por uma vida digna, contra todas as formas de violência e pela paz!

MULHERES DA ECVC ENVIAM CARTA AO COMISSÁRIO DA AGRICULTURA

■ A Articulação de Mulheres da ECVC – Coordenadora Europeia Via Campesina enviou uma carta ao Comissário da Agricultura, reagindo à recente Visão para a Agricultura e Alimentação proposta pela Comissão Europeia. Pela primeira vez na PAC 2023-27, a igualdade de género e o aumento da participação das mulheres na agricultura foram incluídos como um objectivo específico da PAC.

De facto, as mulheres desempenham um papel fundamental na construção de sistemas agrícolas resilientes,

especialmente com base em práticas agrícolas agroecológicas que não só melhoram a produção de alimentos, como também trabalham em harmonia com a natureza. No entanto, as mulheres na agricultura continuam a enfrentar a marginalização e a invisibilidade, sofrendo várias formas de discriminação e barreiras estruturais, tais como o acesso desigual a recursos, serviços públicos e profissionais e educação formal, que estão a impedir a sua plena participação económica e social no sector e o envolvimento em organizações locais, bem

como em espaços públicos e de tomada de decisão. Por fim, são desproporcionalmente afectadas pelas questões centrais que afectam os agricultores.

Por conseguinte, é tempo de agir para tornar o objectivo de igualdade de género da PAC uma realidade. Na carta, a ECVC apresenta propostas concretas, que passam por preços justos e regulação do mercado, acesso à terra, condições para a participação das mulheres em espaços de decisão, reforço da condicionalidade social, entre outras.



Participação da CNA na AGRO foi um sucesso!

A CNA esteve presente em mais uma edição da AGRO – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, que decorreu entre os dias 3 e 6 de Abril no Fórum Braga.

Mais uma vez, a participação da CNA foi um sucesso e permitiu estabelecer contactos com agricultores e visitantes da Feira. Dirigentes e técnicos da Confederação e das suas Filiadas, de vários pontos do país, animaram a presença no stand, prestando esclarecimentos aos visitantes, num espaço em que divulgámos informa-

ção útil aos agricultores e à população em geral, sobre as actividades da CNA e sobre temas relevantes para o sector agrícola e para o Mundo Rural.

Esta acção integra um projecto no contexto de uma iniciativa comunitária promovida pelo PDR2020 e co-financiado pelo FEADER, no âmbito do Portugal 2020.

CNA PARTICIPOU NO GRUPO DE DIÁLOGO CIVIL RELATIVO AO SECTOR DO AZEITE E AZEITONAS DE MESA

■ Teve lugar no dia 18 de Março, por videoconferência, mais uma reunião do Grupo de Diálogo Civil relativo ao sector do azeite e azeitonas de mesa.

Na iniciativa, promovida pelos Serviços da Comissão Europeia, foram revelados dados relativos à situação da produção e do mercado para a campanha em curso, 2024/2025. Espanha sobressai como o maior produtor

de azeite apontando para uma produção acima de 1,4 milhões de toneladas. Portugal também cresce face à campanha passada.

Sobre a situação do sector olivícola, Lucinda Pinto, da CNA, em representação da ECVC – Coordenadora Europeia Via Campesina, mostrou preocupação pela acentuada queda dos preços do azeite na produção,

traduzindo-se numa quebra substancial do rendimento dos produtores do olival tradicional, que terá como consequência o aumento do abandono do olival, sobretudo de sequeiro. O aumento dos custos de produção, sobretudo fertilizantes, cujo preço será ainda agravado com a imposição de tarifas aduaneiras, constituiu um ponto de preocupação acrescido.

Como é que a digitalização pode afectar um sistema alimentar justo?

A ECVC – Coordenadora Europeia Via Campesina lançou uma publicação com 25 recomendações para garantir que a digitalização e as novas tecnologias na agricultura não reforçam o poder corporativo nem agravam as desigualdades existentes.

Ao implementar estas recomendações, a digitalização pode promover a soberania e a segurança alimentar, ajudará a enfrentar crises ambientais e sociais, ao mesmo tempo que prioriza as necessi-



dades dos pequenos produtores de alimentos.

Os agricultores apelam agora a acções concretas na sequência das declarações de apoio expressas na reunião AGRIFISH.

Reconhecendo que a digitalização está em todo o lado na nossa vida quotidiana, incluindo na agricultura, a ECVC desenvolveu este documento que inclui histórias reais e exemplos práticos, na expectativa de que esta análise oriente os seus membros nas suas discussões e posições internas, ao mesmo tempo que oferece aos decisores políticos, instituições e outras organizações da sociedade civil uma perspectiva clara sobre as opiniões e preocupações dos pequenos e médios agricultores.

NOVOS OMG E REFORMA DA COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES SÃO ATAQUE À AGRICULTURA CAMPONESA

■ Estão em negociação a nível europeu, propostas de regulamento relativas à desregulação de novos organismos geneticamente manipulados (OMG) e à reforma da legislação sobre a comercialização de sementes. No fundo, trata-se de um projecto desenvolvido pela Comissão Europeia, sob a pressão da indústria das sementes e de alguns Estados-membros, com vista a

privatizar as sementes e culturas, incluindo as sementes camponesas e tradicionais, através de patentes no poder das multinacionais. O controlo sobre as sementes por parte das grandes corporações constitui um perigo não só para o direito que agricultores têm sobre as sementes, mas também a agroecologia, o equilíbrio dos ecossistemas essenciais para o seu desenvolvimento e para a vida humana na Terra, assim como

a soberania e a segurança alimentar.

Para alertar para os perigos que estes regulamentos comportam, caso venham a ser adoptados, a ECVC – que se opõe à sua adopção – desenvolveu uma publicação com histórias de agricultores que enfrentaram diversos desafios (contágios, processos por infracção de patentes, patentes ocultas e proibição de trocas de sementes).



De Carajás a Gaza: a luta camponesa é internacional

Todos os anos, a Via Campesina comemora o 17 de Abril como o Dia Internacional da Luta Camponesa, em memória dos 21 camponeses sem terra brutalmente assassinados pela polícia enquanto participavam num protesto pacífico na região sul do Pará, no Brasil, em 1996. Apesar da gravidade do crime, os responsáveis continuam impunes.

Este ano, o dia 17 de Abril acontece em plena guerra genocida em Gaza, onde a comida é utilizada como arma de guerra para exterminar a população palestina através da fome e de massacres sistemáticos, com total impunidade.

O que une a Palestina, Eldorado dos Carajás, o Sudão, o Haiti e muitos outros territórios não é apenas a repressão e a violência, mas também o silêncio e a cumplicidade das instituições globais e dos governos ditos democráticos, muitos

dos quais criam e apoiam estes conflitos, abrindo caminho à apropriação de terras, à militarização e à destruição dos meios de subsistência dos camponeses.

A criminalização e a violência contra quem defende as terras, as águas e os territórios são uma realidade persistente em todas as regiões do mundo.

Abril foi o mês das organizações camponesas saírem à rua e resistirem a este sistema violento e extractivista que alimenta a fome, a pobreza, a migração forçada, a guerra e o desastre ecológico.

De Portugal ao Quênia, da Austrália a Porto Rico, decorreram inúmeras acções de solidariedade e luta. Apelando aos governos para que priorizem a soberania alimentar e promovam a mudança de um modelo de monocultura orientado para a exportação para uma produção local baseada na agroecologia camponesa, por preços justos para os agricultores, pelo direito à terra enquanto questão vital para garantir a soberania alimentar.

É urgente abrir caminho para que os jovens permaneçam ou regressem às zonas rurais e para todos os que desejam trabalhar a terra

e fortalecer os sistemas alimentares locais e empoderar as mulheres em actividades produtivas e na tomada de decisões.

Soluções reais passam por questionar o actual modelo industrial de produção, armazenamento, processamento, transporte e consumo de alimentos; pelo desmantelamento do controlo multinacional sobre os sistemas alimentares e a mudança para modelos locais, camponeses, agroecológicos e populares.

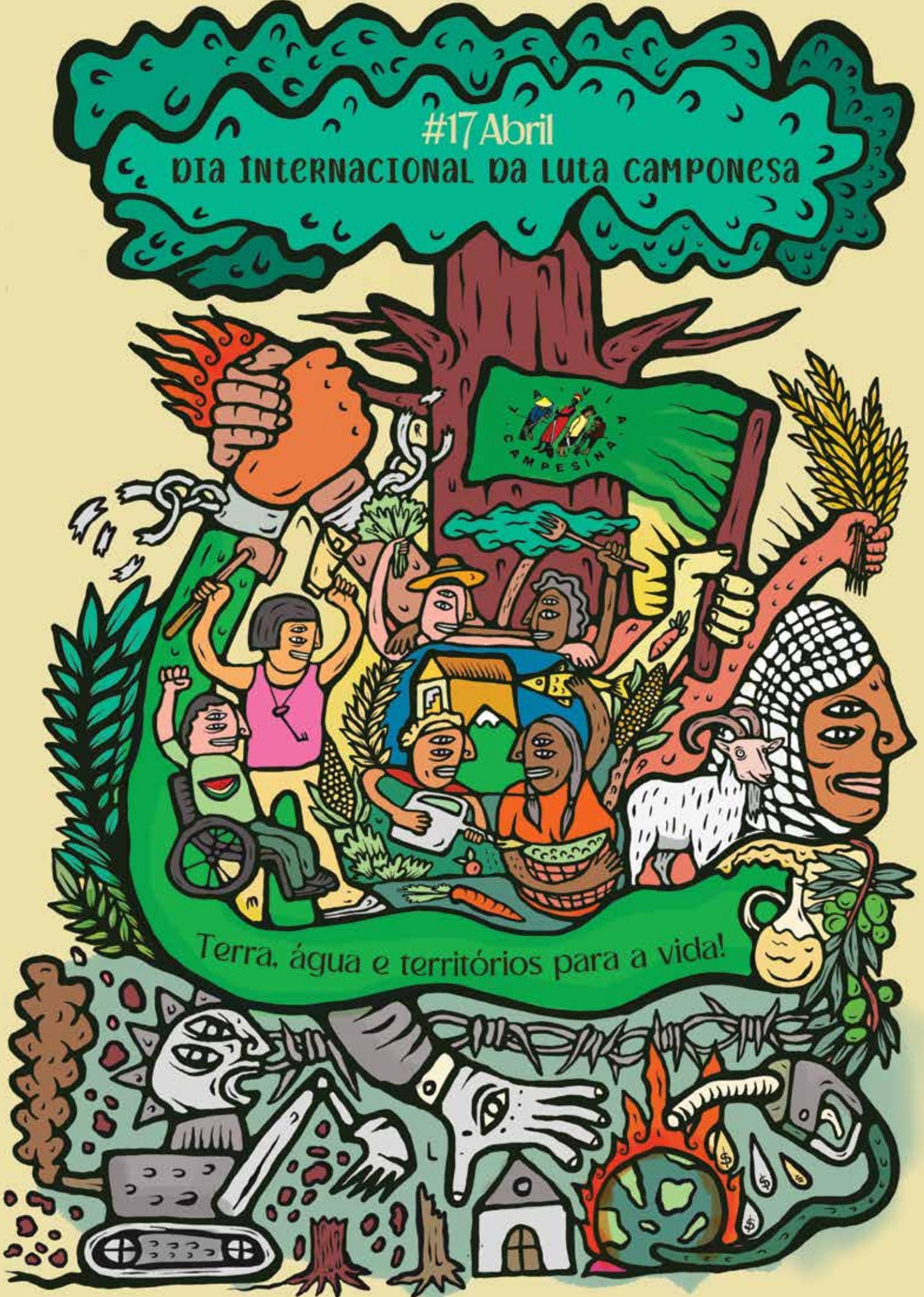
A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais (UNDROP) oferece um caminho claro. A Via Campesina está a trabalhar com o Grupo de Trabalho das Nações Unidas para traduzir esta Declaração em políticas nacionais e locais concretas que beneficiem as pessoas.

À medida que avançamos com estas propostas, honramos a memória e a luta dos inúmeros camponeses e povos indígenas assassinados ou perseguidos por defenderem as suas terras, águas e territórios.

Nem um minuto de silêncio, uma vida inteira de luta! Esse é o nosso compromisso.

#17 Abril

DIA INTERNACIONAL DA LUTA CAMONESA



Terra, água e territórios para a vida!

VIACAMPESINA.ORG